



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DE BRASÍLIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO / 2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DE BRASÍLIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 29/03/2010

SUMÁRIO

1.	PARTE A - IDENTIFICAÇÃO	5
1.1	INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO	5
1.1.1	Identificação da Unidade	5
1.1.2	Itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100, de 7/10/2009, do Conteúdo do Relatório de Gestão que não se aplicam ao Instituto Federal de Brasília - IFB	6
1.1.3	Informações e providências aos órgãos de controle	7
2.	OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS	8
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	8
2.1.1	Competência Institucional	8
2.1.2	Papel da unidade na execução de políticas públicas	8
2.2	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	9
2.2.1	Finalidade	9
2.2.2	Visão	10
2.2.3	Missão	10
2.2.4	Valores	10
2.2.5	Análise SWOT	10
2.2.6	Análise do ambiente interno (Forças x Fraquezas)	10
2.2.7	Análise do ambiente externo (Ameaças x Oportunidades)	11
2.2.8	Plano Quinquenal – Objetivos Estratégicos	12
2.2.9	Mapa Estratégico	13
2.2.10	Ações Estratégicas nos Campi	13
2.3	PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DO IFB	20
2.3.1	Relação de programas	20
2.4	DESEMPENHO OPERACIONAL	24
2.4.1	Evolução e execução das receitas e despesas	24
2.4.2	Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ	25
2.4.3	Programação das Despesas Correntes	26
2.4.4	Programação das Despesas de Capital	26
2.4.5	Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência	26
2.4.6	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	27
2.4.7	Despesas por Modalidade de Contratação	28
2.4.8	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	28
2.4.9	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	29
2.4.10	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	30
2.5	METAS FÍSICAS	31

2.5.1 Execução Física das ações realizadas pela UJ	31
2.6 INDICADORES E ANÁLISE DE DESEMPENHO	31
2.6.1 Relação Candidato/Vaga	31
2.6.2 Relação Ingresso/Aluno	32
2.6.3 Relação Concluintes/Aluno	32
2.6.4 Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes	32
2.6.5 Índice de Retenção do Fluxo Escolar	33
2.6.6 Relação Alunos/Docente em tempo integral	33
2.6.7 Gastos Correntes por Aluno	33
2.6.8 Percentual de Gastos com Pessoal	33
2.6.9 Percentual de Gastos com Outros Custeios	33
2.6.10 Percentual de Gastos com Investimentos	33
2.6.11 Número de Alunos Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Per Capita Familiar	34
3. GESTÃO ADMINISTRATIVA	35
3.1 RECURSOS HUMANOS – COMPOSIÇÃO E CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	35
3.1.1 Composição dos recursos humanos;	35
3.1.2 Análise Crítica	36
3.1.3 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra;	37
3.1.4 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade;	39
3.1.5 Admissões e Desligamento de pessoal	39
PARTE B - GESTÃO FINANCEIRA	41
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	42
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	43

1. PARTE A - IDENTIFICAÇÃO

1.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1.1.1 Identificação da Unidade

Nome completo da unidade e sigla	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB	
Código SIORG da UJ	SIORG=94430	
Natureza jurídica	Autarquia Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Autarquia instituída nos termos da Lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e criada pela Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007.	
CNPJ	Antigo - 09.266.912/0001-84 Novo - 10.791.831/0001-82	
Nome e código no SIAFI	Antigo - ETF-BSB, UG=158095 / Gestão=26356 Novo – IFB, UG=158143 / Gestão=26428	
Código da UJ titular do relatório	UJ=1217	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolidada a outras unidades	
Endereço completo da sede	SEPN 504, Bloco A, 3º andar, Ed. Ana Carolina – Brasília/DF CEP: 70730-521, Tel.: (61) 3905-5454	
Endereço da página institucional na internet	www.etfbsb.edu.br , hoje www.ifb.edu.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Educação	
Tipo de atividade	Ensino, Pesquisa e Extensão	
Códigos CNAE aplicáveis	8541-4/00, 8542-2/00 e 8533-3/00	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Antigo - ETF-BSB Novo - IFB	Antigo 158095 Novo 158143

1.1.2 Itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100, de 7/10/2009, do Conteúdo do Relatório de Gestão que não se aplicam ao Instituto Federal de Brasília - IFB

Item 4 – Informações sobre recolhimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;

Item 6 – Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição;

Item 7 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme disposto abaixo:

Nome, Razão Social, CNPJ, Demonstrativo Anual, contendo:

- Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;
- Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;
- Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;
- Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;
- Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;
- Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;

Política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, conforme disposto no inciso V do art. 22 da Resolução 3506/2007 do Conselho Monetário Nacional; e

Conclusões contidas no parecer da auditoria independente.

Conclusões do último estudo atuarial;

Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

Item 8 – Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame.

Item 9 – Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Item 10 – Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos, conforme disposto abaixo:

- Relação dos principais projetos e operações no exercício, por ordem decrescente de valor investido, até o montante acumulado de 90% do total de recursos aplicados pelo fundo,

discriminando a finalidade, objetivos, beneficiários, investimentos previstos e valores liberados de cada um;

- Número de operações e valores aplicados por programa/setor econômico e por unidade da federação;
- Número de operações e valores dos investimentos, dos incentivos e dos recursos liberados e aprovados no exercício em relação ao total do programa/setor econômico e ao total por unidade da federação;
- Legislação pertinente, destacando as alterações ocorridas no exercício a que se referir o relatório de gestão;
- Remuneração do banco operador (valor e fundamento legal);
- Relação dos projetos com a finalidade, beneficiários, investimento previsto e valores liberados no exercício;
- Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas (incluindo identificação das fiscalizações realizadas, de falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas);
- Avaliação crítica dos resultados alcançados (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. realizados).

1.1.3 Informações e providências aos órgãos de controle

Todas as solicitações de Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento, e informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, vem sendo implantado e acompanhado pela apresentação da avaliação preliminar realizada pela CGU e acompanhadas internamente pela Unidade de Auditoria Interna - UADI

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1.1 Competência Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – ou simplesmente Instituto Federal de Brasília (IFB) – é uma instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, e possui natureza jurídica de autarquia detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal de Brasília é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica e tem como sedes, para fins da legislação educacional as seguintes unidades:

- a) Reitoria, SEPN 504, Bloco A, 3º andar - Ed. Ana Carolina - Brasília - DF – CEP: 70.730-521.
- b) *Campus* Brasília, SGAN 610 – Módulos D, E, F e G;
- c) *Campus* Gama, Rodovia DF- 480, SMA, Lote 01;
- d) *Campus* Planaltina, Rodovia DF-128, Km 21-Planaltina - DF - CEP 73.380-900;
- e) *Campus* Samambaia, Subcentro Leste, Complexo Boca da Mata, Lote 01; e
- f) *Campus* Taguatinga, QNM 40, Área Especial 01.

2.1.2 Papel da unidade na execução de políticas públicas

As finalidades do IFB, definidas em seu Regimento Interno, aprovado pelo Ministro de Estado da Educação, conforme portaria nº 203, de 07 de fevereiro de 2008, publica no Diário Oficial da União em 08/02/2008, seção 1, páginas 14 a 16, são de formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, realizar pesquisas e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada. O IFB tem os seguintes objetivos:

- I. Ministrando educação profissional técnica de nível médio;
- II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI. Ministrando em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento; e
- e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

No exercício de 2010 o IFB procurou dar continuidade ao projeto de implantação das unidades escolares previstas, notadamente a construção dos prédios dos Campi Brasília, Gama, Samambaia, Taguatinga e as reformas e ampliações no Campus Planaltina.

Nesse sentido foram realizadas as licitações de quase todas as obras, concluindo com a assinatura de sete contratos no final do ano, possibilitando o início das obras no exercício de 2010.

Por outro lado, foi ampliado o quadro de profissionais nomeados para trabalharem nestas unidades, apresentado no capítulo 3, incluindo professores e técnicos administrativos.

Cabe destacar a enorme dificuldade que esta instituição enfrentou, fundamentalmente em função da pouca experiência de boa parte dos profissionais que nela atuam principalmente os novos servidores, na sua grande maioria sem qualquer atuação anterior no serviço público federal.

Ainda assim, entendemos que o balanço foi positivo, principalmente pelo fato de termos conseguido dar um grande impulso ao projeto de implantação dos Campi novos, atualmente nossa prioridade.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

No início do ano de 2009, com o apoio de profissional da área de planejamento estratégico, o IFB realizou seu Planejamento Estratégico para o quinquênio 2009 – 2013. A seguir apresentasse de forma resumida o resultado desse trabalho que passaram a balizar as ações ao longo do ano e com vistas a uma revisão no início de 2010.

2.2.1 Finalidade

De acordo com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 são Finalidades e Características do IFB, dentre outras:

- a) A oferta Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- b) A geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas

sociais;

- c) A promoção da integração e a verticalização do ensino;
- d) O fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- e) A constituição em centro de excelência na oferta do ensino de ciências,
- f) A oferta de capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- g) O desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- h) A realização e estímulo da pesquisa aplicada.

2.2.2 Visão

Até 2013, ser reconhecida como Instituição Pública Federal de excelência em Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

2.2.3 Missão

Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável.

2.2.4 Valores

- a) Educação como bem público e de qualidade;
- b) Formação crítica;
- c) Gestão democrática e participativa;
- d) Respeito à diversidade;
- e) Inovação, empreendedorismo e cooperativismo;
- f) Desenvolvimento sustentável;
- g) Otimização dos recursos públicos;
- h) Comprometimento com o IFB.

2.2.5 Análise SWOT

A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenários ou de ambientes, sendo usado como base para gestão e planejamento estratégico de uma instituição.

Esta análise faz uma leitura do ambiente interno e externo à instituição, e permite elaborar seu planejamento estratégico. Este por sua vez leva a instituição ao estabelecimento de ações que buscam dar condições de implantação do planejamento e, por fim, maximizar suas forças e oportunidade e minimizar as fraquezas e ameaças.

2.2.6 Análise do ambiente interno (Forças x Fraquezas)

Forças:

1. Formação tecnológica de qualidade nos diferentes níveis de ensino profissionalizante;
2. Cursos técnicos com foco nas demandas de mercado identificadas;
3. Agilidade nos processos de mudanças internas (administrativas e pedagógicas);

4. Razoável autonomia administrativa, pedagógica e financeira;
5. Referência histórica do Colégio Agrícola de Planaltina;
6. Corpo docente diversificado mesclando experiência e conhecimento acadêmico e titulação;
7. Excelente formação técnica dos servidores técnico-administrativos;
8. Reitoria instalada e consolidada;
9. Estrutura física e áreas consideráveis;
10. Localizações privilegiadas/ Reitoria e Campi;
11. Proximidade com os centros do poder público;
12. Proximidade de centros de pesquisa e empresas públicas propiciando parcerias;
13. Campi próximos com boas vias de acesso;
14. Gestores bem capacitados e experientes.

Fraquezas:

1. Deficiências e insuficiência de infra-estrutura física e de equipamentos dos laboratórios didáticos. Necessidade de atualização de equipamentos;
2. Deficiências do plantel zootécnico e pastagens;
3. Insuficiência dos recursos de TI;
4. Ausência de planejamento e de histórico administrativo;
5. Sensação de falta de agilidade e transparência e de gestão com vestígios e tendências ao autoritarismo;
6. Orçamento reduzido em custeio e investimento;
7. Corpo docente e técnico administrativo pequeno;
8. Falta de normatização e padronização de processos administrativos e educacionais;
9. Baixa formação em gestão dos gestores;
10. Ausência de treinamento sistemático de servidores (docentes e administrativos);
11. Deficiência na comunicação interna e externa e inexistência de Marketing Corporativo;
12. Péssimo processo de transição do GDF para FEDERAL em Planaltina;
13. Problemas com o clima organizacional e relações inter-pessoais;
14. Ausência de assistência médico-odontológico à comunidade escolar.

2.2.7 Análise do ambiente externo (Ameaças x Oportunidades)

Ameaças:

1. Conjuntura econômica internacional em crise ocasionando redução dos recursos orçamentários;
2. Descontinuidade no crescimento e financiamento da rede devido a mudanças políticas;
3. Baixo investimento em educação profissional em relação a outros gastos do governo;
4. Política local de Brasília interferindo no ambiente interno;
5. Interferência da política do executivo no instituto;
6. Baixo conhecimento da população local sobre educação profissional;
7. Dificuldade de obtenção e legalização dos terrenos para os novos Campi;
8. Baixa produção de produtos e serviços como a cultura;
9. Baixa valorização dos órgãos de fomentos para produção de patentes.
10. Alto custo de vida em Brasília e salários não competitivos;
11. Rotatividade de servidores terceirizados em decorrência dos baixos salários;
12. Deficiência no transporte para o campus de Planaltina
13. Ocupação de terras do IFB/PLA devido movimentos sociais.

Oportunidades:

1. Pioneirismo na construção dos quatro *campi* do IFB no Distrito Federal;
2. Plano de expansão da EPT do Governo Federal e Interesse do MEC em transformar o IFB em referência Nacional;
3. O baixíssimo índice de profissionalização da população do DF e ausência da Rede Federal em Brasília;
4. Reconhecimento da população sobre a qualidade dos cursos das Instituições Federais
5. Pouca oferta pública de cursos técnicos oferecidos no DF propiciando espaço para o crescimento;
6. Oferta privada de cursos técnicos com mensalidades altas;
7. Comemoração do Centenário da Educação Profissional;

8. Crescente reconhecimento da população dos deputados e senadores sobre importância da EPT;
9. Sociedade local apoiando o IFB;
10. Oportunidade de parcerias com empresas públicas e privadas (ex.: EMATER/DF, EBRAPA, SEE/DF..)
11. Apoio de outros Ministérios. Ex.: BBRASIL, IBRAM;MMA, Secretaria de Ciência e Tecnologia, SEBRAE, EMATER, Administrações Regionais.
12. Estar em Brasília que é um pólo nacional de congressos, seminários, encontros e cursos nas mais diferentes áreas do conhecimento e da tecnologia;

2.2.8 Plano Quinquenal – Objetivos Estratégicos

Dimensões	Objetivos Estratégicos (O que)
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar os conselhos consultivos e órgãos colegiados - Melhorar a gestão participativa no IFB - Elaborar Planejamento Estratégico e PDI - Construir os 4 novos campi - Melhorar o clima organizacional - Melhorar a comunicação interna - Padronizar e Normatizar os processos educativos e administrativos - Iniciar as atividades acadêmicas dos novos Campi; - Incrementar transparência - Aumentar uso de sistemas informatizados - Consolidar a estrutura interna - Criar uma política de avaliação permanente institucional;
Ensino	<ul style="list-style-type: none"> - Expandir oferta de cursos Técnicos - Implantar cursos Superiores de Tecnologia - Implantar cursos de licenciatura - Implantar PROEJA - Implantar cursos de Educação a Distância - Melhorar e reformar os laboratórios didáticos - Elaborar projetos pedagógicos para todos os cursos - Melhorar a infra-estrutura no Campus Planaltina;
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar núcleos de pesquisa e infra-estrutura de apoio - Institucionalizar Iniciação Científica - Implantar Especialização - Implantar um programa de Mestrado - Criar revista científica. - Buscar financiamento e apoio à pesquisa - Implantar Núcleo de Inovação Tecnológica - Incentivar eventos científicos regulares - Propiciar o acesso ao portal de Periódicos da CAPES
Extensão	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar as parcerias - Promover o intercâmbio com instituições do Brasil e do exterior - Implantar oferta de cursos de FIC - Implantar sistema de certificação de competências; - Ampliar convênios com entidades públicas - Estabelecer parcerias estratégicas - Expandir política de estágios; - Firmar parcerias com empresas - Promover seminários, encontros e fóruns; - Criar incubadora de empresas; - Realizar acompanhamento de egressos - Apoiar a produção cultural e o esporte
Administração	<ul style="list-style-type: none"> - Agilizar os processos administrativos de aquisição - Adequação e melhorias nas de instalações físicas - Melhorar na aquisição de máquinas e equipamentos - Expandir o orçamento - Agilizar os processos de execução orçamentária - Mapear e controlar os processos administrativos - Implantar sistema de avaliação de desempenho

Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação de assistência médico-odontológico à comunidade escolar - Implantar sistema de capacitação de novos servidores (integração) - Implantar política de Treinamento - Estabelecer política de gestão e desenvolvimento de pessoas - Realizar concursos
Discente	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar os órgãos de representação discente - Implantar Programa de permanência e êxito
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidar e divulgar a marca IFB - Criar identificação institucional - Consolidar a rede Federal no DF

2.2.9 Mapa Estratégico

Em relação às implantações dos prédios do IFB, com seus projetos arquitetônicos desenvolvidos por empresa contratada pelo IFG, Instituto tutor na implantação do IFB, foi aberta licitação ao final do ano para os Campi de Brasília, Gama e Taguatinga, ficando o Campus Gama para ser licitado no início de 2010.

Como os terrenos dos Campi Brasília, Gama e Taguatinga haviam sido cedidos ao IFB, foi possível a realização das licitações das obras ainda em 2009. A cessão do terreno de Samambaia não se deu em tempo hábil, ficando para 2010 a licitação da mesma.

Durante o ano de 2009 os professores que foram absorvidos nos processos de redistribuição ou no concurso de 2008, passaram a trabalhar nos planos de cursos, dos cursos aprovados nas audiências públicas para os referidos Campi.

Em seguida apresentasse as avaliações dos Diretores Gerais em relação às ações que foram desenvolvidas ao longo do ano, suas realizações e planos.

2.2.10 Ações Estratégicas nos *Campi*

CAMPUS PLANALTINA

O Campus Planaltina está localizado na zona rural da Região Administrativa de Planaltina (RA VI), junto à rodovia DF128, km 21, ficando distante 42 km do prédio onde se encontra instalada a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, que por sua vez se localiza na SEPN Q 504, Bloco A, 3º andar, Edifício Ana Carolina, Asa Norte.

Considerada a segunda maior área destinada a uma escola agrícola federal, de 2.211,5 hectares, cerca de 22.115.000 m², dos quais 33.518 m² construídos e aproximadamente 11.090 m² (1750 m² – bovinocultura - curral, unidade de leite e bezerreiro); 1800 m² – centro vocacional tecnológico em agroecologia; 600 m² – suinocultura; 1200 m² – biblioteca e auditório; 2400 m² – centro vocacional tecnológico em agroindústria (prédio destinados à produção, ensino e a um abatedouro escola); 500 m² – centro de convivência de estudantes e área destinada a uma lanchonete; 1200 m² para uma nova unidade de alimentação e nutrição); 600 m² - silos; 500 m² para concluir o complexo poli-esportivo; 200 m² –aprisco; 40 m² – apiário; 300 m² – piscicultura; espaços projetados para construção.

Este Campus oferece cursos Técnicos de Agropecuária, Agroindústria e Guia de Turismo, nas modalidades ensino médio integrado (3 anos de duração em tempo integral) e subsequente (um . Um curso superior em Agroecologia, além de cursos de formação inicial e continuada (FIC).

Para o atendimento ao público estudantil, o Campus conta com a seguinte infraestrutura, sendo que no final de 2009, o Campus Planaltina contou com 432 alunos matriculados nos cursos Técnicos de Agropecuária, Agroindústria e Guia de Turismo. Sendo que destes, 98 eram residentes.¹

- 15 salas de aula tradicionais;
- Dois Auditórios (140² e 200 pessoas);
- Biblioteca multi-área³;
- 01 laboratórios de Informática integrados em rede e Internet;
- 02 Tele-centros de informática (cessão do MCT);
- 01 laboratório de Biologia;
- 01 laboratório de Química;
- 01 laboratório de Línguas Estrangeiras;
- 01 laboratório de Desenho, geoprocessamento, irrigação, topografia e drenagem;
- 01 laboratório de Física;
- 01 laboratório de Ciências Humanas;
- 08 UEP (Unidades de Ensino e Produção): bovinocultura, suinocultura, caprino-ovinocultura, avicultura, fruticultura, olericultura, culturais anuais e agroecologia;
- Ambientes para Educação Física: (Pista de Atletismo, Campo de Futebol e Quadras Poliesportivas).
- Bloco para atendimento ao curso de Agroindústria, contando com 4 laboratórios.
- Galpão de mecanização agrícola;
- Galpão de insumos;
- Fábrica de ração;
- 4 blocos com 10 quartos cada para residência estudantil;
- Uma unidade de alimentação e nutrição (UAN).

O espaço físico está demonstrado conforme tabelas a seguir.

Tabela 1 – INFRA ESTRUTURA FÍSICA – UNIDADE PLANALTINA	
Ocupação do Terreno	Ocupação do Terreno [m²]
Área Total do Terreno	22.115.000
Área Construída	33.518
Área ocupada por Projetos Agropecuários	6.740.463
Área Urbanizada (Vias de acesso e estacionamento)	17.323
Área sem Ocupação (Área de Proteção)	12.299.196
Tipo de Utilização	[m²]
Área de Salas de Aula Teórica	816,75
Área de Laboratórios	1.175,13
Área de Biblioteca	367,50 ⁴
Área de Apoio Pedagógico	5.451,00
Área de Atividades Esportivas (quadras e salas)	10.016,35
Área de Oficinas para Manutenção de Equipamentos de Ensino	1.654,50
Área de Atendimento Médico/Odontológico	316,36 ⁵

¹ O *Campus* Planaltina, apesar de distar apenas 42 Km de Brasília e 9 km de Planaltina (RA VI), não conta com meio de transporte coletivo com capacidade de horários para atender ao deslocamento de estudantes de Regiões do DF mais distantes. Sendo esse um dos fatores de grande evasão.

² Este auditório será destinado à biblioteca até que o prédio definitivo seja concluído

³ A biblioteca está em fase de construção.

⁴ Esta edificação foi eliminada para que seja construído um novo prédio, com 1.628,00 m², em área contígua ao auditório.

⁵ Essa área indicada é a da antiga enfermaria, que passará por uma reforma para atendimento adequado aos estudantes, com nova denominação: Centro de Saúde.

Área de Alojamento para estudantes	2.392,84
Área de Residências para servidores	3.839,20
Área para Atividades Administrativas	2.132,96

Ações desenvolvidas pela Direção-Geral e Coordenações-Gerais do Campus Planaltina

No exercício de 2009, a Diretoria-Geral de Planaltina teve como diretores os servidores Marcelo Silva Leite e Ivone Maria Elias Moreyra e como Coordenadores-Gerais: Francisco Faggion e Bruno Ceolin da Silva, como responsáveis pela Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Produção; Francisco de Assis Povoas e Ângela Maria de Menezes, como responsáveis pela coordenadoria de ensino e ainda Walter Antonio Rodrigues, como administrador.

Essa gestão foi responsável pelas seguintes ações:

- Planejamento do Curso em nível superior de Agroecologia;
- Parceria com a UnB no desenvolvimento do Curso de Licenciatura do Campo;
- Parceria com a ONG *Terra Mater Brasilis* no desenvolvimento do Projeto Cine Clube;
- Coordenação de Cursos de Capacitação para servidores do Campus;
- Organização e Coordenação da comemoração do Centenário da Rede Federal no Distrito Federal em uma semana de atividades e festividades;
- Organização da Comemoração dos 50 anos de Criação do Colégio Agrícola de Brasília, com a presença do Presidente da República, Governador do DF e outras autoridades;
- Processos para aquisição de móveis, veículos e material de consumo.
- Elaboração dos Projetos:
 - “CVT em Agroecologia” – aprovado pela Finep;
 - “CVT em Biocombustível”, em parceria com a Embrapa Agroenergia, Emater-DF e Caesb – apresentado à Finep e aprovado;
 - “Capacitação de agricultores e moradores para produção de mudas objetivando o reflorestamento da Bacia do Rio São Bartolomeu” (aprovado em cooperação com a Fundação Pró-Natureza);
 - “Fortalecimento do Centro de Estudos em Medicina Alternativa do Hospital Regional de Planaltina” (apresentado e aprovado pelo MCT);
 - “Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), projeto apresentado e aprovado à SETEC/MEC;
 - “Centro de Pesquisa em Qualidade do Solo” apresentado à FINEP;
 - “Centro de Pesquisa em Sistemas Agrícolas Sustentáveis” apresentado à FINEP;
 - “Roteiro de Projetos para Programa Agroindustrial” apresentado ao MDA;
 - “Plano Diretor” para o Campus Planaltina, na perspectiva de para os próximos cinco anos, ter projetado todas as instalações necessárias ao atendimento dos estudantes, residentes e não residentes; ter concluído toda a edificação de infraestrutura acadêmica e administrativa, incluindo espaços para pesquisa, ensino, extensão, produção e escoamento da produção;
 - “Termo de Cooperação” com a Secretaria de Educação para a continuidade das atividades de Equoterapia para alunos deficientes do DF.

E ainda encaminhou diversas ações, das quais menciona-se as mais relevantes para a consecução das atividades escolares e educacionais:

- Ações educativas realizadas nas turmas do Integrado através do Projeto de Orientação Educativa. Os temas trabalhados foram: a) sexualidade e prevenção de DST/AIDS e b) como evitar a verminose;

- Atividades educativas realizadas pela equipe de enfermagem: controle de hipertensão arterial, atividade de verificação de glicemia capilar, atividade de prevenção de DST/AIDS, distribuição de preservativos no dia mundial de combate ao HIV, e campanha de vacinação contra a rubéola;
- Processo de renovação da residência estudantil dos alunos da Escola;
- Reformulação do Regimento Disciplinar Discente;
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Comissão Disciplinar Discente.
- Reuniões com a Coordenação Discente e Coordenação de Ensino para levantar alternativas de soluções às fragilidades detectadas envolvendo discentes, além de reuniões para discutir questões relativas ao processo ensino-aprendizagem, e propor ações de apoio ao discente;
- Promoção de ações voltadas para os estudantes do curso técnico integrado ao ensino médio, por meio do Projeto de Orientação Educativa, realizado pela equipe da Coordenação Pedagógica em parceria com os profissionais da biblioteca, enfermagem, nutrição;
- Realização de reunião de pais em parceria com as Coordenações Discente e de Ensino;
- Realização de encontros individuais com as famílias dos estudantes;
- Assistência pedagógico-didática aos alunos com baixo rendimento escolar;
- Acompanhamento do rendimento escolar dos alunos;
- Incentivo à participação dos estudantes no Programa de Avaliação Seriada – PAS da Universidade de Brasília e do PASES da Universidade de Viçosa;
- Realização de reuniões com os representantes de turma para acompanhar as atividades desenvolvidas pelos estudantes, repassar informes e promover discussões sobre questões disciplinares, convivência na escola, esportivas, de lazer, entre outras;
- Acolhimento e acompanhamento ao aluno em suas demandas psicológicas relacionadas ao contexto escolar; e
- Análise das solicitações de renovação de residência estudantil dos discentes da escola, desenvolvida pelo Serviço Social e acompanhada pela Coordenação Discente.
- Instituição dos Colegiados de Curso e escolha dos respectivos Coordenadores pelo corpo docente;
- Reformulação das matrizes dos cursos subsequentes;
- Reformulação das matrizes dos cursos integrados, adequando-as às mudanças na formação profissional feitas aos cursos pós-médio;
- Ações do Centro de Seleção de Planaltina:
 - Coordenação do Processo Seletivo para ingresso de alunos em 2010;
 - Curso de capacitação para alunos-monitores para participação na divulgação do Processo Seletivo de 2010.
- Ações da Biblioteca:
 - Levantamento do acervo;
 - Estudo da idade média do acervo, da frequência de visitas à biblioteca e do número de empréstimo e consulta local do material bibliográfico;
 - Elaboração de catálogo provisório, em Excel, com registro de título, autor, edição, volume, local de publicação, editor, ano, série e assunto dos materiais bibliográficos, bem como o gerenciamento das informações);
 - Oferecimento do serviço de pesquisa bibliográfica em base de dados de acesso gratuito (Ex: Portal Domínio Público, Portal de Acesso Livre da Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT);
 - Mudança para espaço do auditório do acervo, até que o prédio destinado à Biblioteca seja concluído.

Atividades da Coordenação de Pesquisa, Extensão e Produção:

Planejamento das atividades de implantação e manutenção das áreas de produção animal, vegetal e agroindústria;

- Elaboração de propostas de reforma das Unidades de Ensino, Pesquisa e Produção;
- Descrição das especificações técnicas e justificativa para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas;
- Descrição dos quantitativos, especificações técnicas e justificativa para a aquisição de insumos agrícolas;
- Descrição dos quantitativos, especificações técnicas e justificativa para a aquisição de rações, vacinas e medicamentos para o controle sanitário do rebanho;
- Aplicação de corretivo de solo em 130 hectares entre lavouras e pastagens;
- Implantação de 100 ha de lavouras com culturas anuais (milho, arroz);
- Confecção de 300 toneladas de silagem de milho;
- Manutenção e limpeza de sistemas de irrigação (pivô-central, aspersão convencional, microaspersão e gotejamento);
- Manutenção e limpeza de canais adutores dos sistemas de irrigação;
- Construção e reforma de cercas;
- Realização e coordenação de reuniões da área de Pesquisa e Produção;
- Reuniões com parceiros para a definição de projetos de pesquisa e estruturação das unidades de ensino, pesquisa e produção;
- Planejamento das atividades de implantação e manutenção das áreas de produção vegetal e animal;
- Elaboração de propostas de reestruturação das Unidades de Ensino, Pesquisa e Produção ligadas à produção vegetal, agroindústria e produção animal;
- Execução de 8 (oito) projetos de pesquisa com 12 (doze) bolsas estudantis, em diversas áreas (Matemática, Produção Animal, Produção Vegetal e Agroecologia);
- Acompanhamento e execução de 4 (quatro) de extensão para estudantes, monitores do TELECENTRO;
- Confecção de cartilha sobre árvores do *Campus Planaltina*;
- Participação do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica em novembro, na cidade de Brasília;
- Participação no Seminário Nacional e Internacional de Agroecologia em novembro na cidade de Curitiba;
- Participação na Feira AgroBrasília em maio no PADF.

CAMPI GAMA, SAMAMBAIA E TAGUATINGA

Os Campi em implantação serão construídos em terrenos localizados nos endereços descritos no primeiro item. Após vários problemas com relação aos lotes, foram emitidos Termos de Uso a Título Precário, enquanto tramitavam as escriturações das áreas.

Os projetos desses Campi, contratados pelo antigo tutor da Instituição, o Instituto Federal de Goiás, foram concebidos de modo a distribuir as atividades em blocos: Bloco de Salas de Aula, Bloco Administrativo/Serviços/Biblioteca, Bloco do Auditório e Bloco do Ginásio, primando por volumes retos para facilitar inclusive a execução, sem perder a referência das vozes arquitetônicas mais contemporâneas.

A ocupação do terreno dar-se-á da forma mais racional possível, criando vazios interessantes do ponto de vista arquitetônico e funcional, sempre pensando nas futuras expansões, principalmente para o caso de aumento no número de alunos.

O Bloco de Salas de Aula, em dois pavimentos, foi subdividido em dois blocos, interligados no centro por uma estrutura de circulação que envolve rampa, escada e sanitários.

Optou-se pela formatação arquitetônica de duas linhas de salas de aula servidas por apenas um corredor, com o principal intuito de racionalizar a ocupação do espaço e economizar área de construção. Na cobertura dos blocos, optou-se pela cobertura verde, com plantas da família das crassuláceas, muito resistentes à intempéries, buscando uma solução ecologicamente correta.

O Bloco Administrativo, em 02 pavimentos, está contornado por um estacionamento frontal e lateral com capacidade para 300 veículos, suficiente para atender uma escola onde grande parte dos alunos utiliza transporte coletivo. O diferencial arquitetônico deste bloco diz respeito ao generoso pé-direito que abriga o hall principal de entrada, enriquecendo bastante a fachada principal, principalmente quando iluminado no período noturno. O bloco está fechado com amplas peles de vidro protegidas por breezes, a não ser na área do hall que está totalmente transparente. Também está servido por escada e plataforma elevatória para atender os requisitos de acessibilidade. A Biblioteca e Administração do Campus foram locados no pavimento superior deste bloco, departamentos de interesse para acessos imediatos, tanto para alunos quanto para administradores, sem a necessidade de estar circulando pelo pátio interno da escola.

O Bloco do Auditório, em pavimento térreo, platéia única, possui capacidade total para 252 espectadores e locais livres para cadeirantes; todos com possibilidade de acesso e boa acomodação. A infraestrutura criada no entorno, próximo ao palco pretendem atender as necessidades de apresentações variadas, ponto importante a ser levado em conta, devido à necessidade de versatilidade de um espaço considerado caro e ao mesmo tempo tão útil à comunidade. A localização deste bloco foi fundamental para permitir o seu uso não só pela escola, mas também pela comunidade, com acesso mais imediato ao Hall principal.

O Bloco do Ginásio, locado na parte posterior do terreno, está equipado com quadra poliesportiva, arquibancadas e toda infra-estrutura que devem dar o apoio necessário ao bom funcionamento deste, inclusive sala de exames médicos. O piso da quadra é especial para a prática de esportes, com absorção de impactos adequados para a proteção dos joelhos. Anexo a este bloco e aproveitando a linha da cobertura foi locada a cantina, em posição estratégica para servir os alunos e concentrar as fontes maiores de ruído, quer dizer cantina e quadra, de tal forma que não incomodassem as demais áreas de concentração, trabalho e estudo.

O Estacionamento de veículos foi distribuído ao longo da parte frontal do terreno, integrado com os blocos, a fim de obter menores percursos de caminhada, conforme seja o interesse de cada um. Vagas de carga e descarga, também foram estrategicamente posicionadas, conforme o ambiente exija, seja para a manutenção de equipamentos ou suprimentos para a escola.

Devido a restrições orçamentárias foi necessária a divisão do projeto em etapas executivas. Para a primeira etapa foram incluídos os blocos administrativos e um dos blocos de sala de aula, incluindo ainda, o fechamento do lote, a terraplenagem e os estacionamentos. Foram excluídos ainda da primeira etapa as instalações de ar condicionado, sistema de CFTV e de lógica.

Em 2009, apesar de todos os esforços, a definição da doação do lote atrasou o processo licitatório do Campus Samambaia. O edital de concorrência foi publicado em 30/11/2009, com abertura das propostas prevista para o dia 30/12/2009. Devido a necessidade de correção de alguns itens da planilha a abertura foi adiada para 08/02/2010.

Para definir os cursos a serem ofertados no Campus Samambaia foi realizada uma Audiência Pública com a apresentação de dados socioeconômicos e das potencialidades identificadas para a região e o entorno. A comunidade defendeu a oferta dos seguintes cursos: Técnico em Edificações, Reciclagem, Móveis, Meio Ambiente; Licenciatura em Biologia; Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho.

Devido ao atraso na licitação foi solicitado ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, um espaço no Parque das Três Meninas, para o funcionamento provisório do Campus Samambaia. No entanto, a elaboração do projeto e o atendimento a alguns questionamentos do órgão atrasaram o processo e inviabilizaram a cessão do espaço.

O funcionamento provisório do Campus ficará condicionado a parcerias firmadas com o Governo do Distrito Federal, com a disponibilização de espaços em escolas da região.

Em 11/12/2009 foi nomeado o primeiro docente do Campus Samambaia e em 31/12/2009 mais 05 docentes, 05 Técnicos Administrativos de Nível Médio e 04 de Nível Superior.

Para definir os cursos dos Campi Gama e Taguatinga também foram realizadas audiências públicas com apresentação do trabalho de levantamento que foi feito pelo IFB, identificando as potencialidades das regiões. Foi definido para Gama o seguinte: Técnico em Logística, Agronegócios ou Cooperativismo, Química, Paisagismo; Licenciatura em Matemática e Química; Tecnólogo em Design Gráfico.

Para Taguatinga foi definido o seguinte: Técnico em Eletromecânica, Vestuário, Comércio, Manutenção e Suporte em Informática; Licenciatura em Física.

CAMPUS BRASÍLIA

O Campus Brasília está sendo construído sob a responsabilidade do IFG. Com prédio ímpar em relação aos demais do IFB, por possuir maior área construída, amplas biblioteca e centro poliesportivo, auditório, abrigará também a Reitoria. Projetado para ser um projeto inovador, integrando conceitos atuais como sustentabilidade, acessibilidade, conforto, eficiência e modernidade. O projeto de arquitetura do IFB busca unir as necessidades do atendimento integral do aluno a uma nova forma de pensar as questões ambientais, culturais e sociais.

O terreno de 40 mil m², localizado na Quadra 610N, entre a L2 e a L3, será ocupado de forma racional, dando lugar a espaços verdes e bosques que surgem entre os diversos blocos e atividades.

Uma escola pensada a partir do aluno. No centro do terreno em posição privilegiada encontra-se a biblioteca, resgatando uma tradição que remonta há antiguidade, a biblioteca é vista como centro irradiador de saber, cultura e conhecimento. Será o coração pulsante da escola. Para o aluno será um local acolhedor e um incentivo para dedicação aos estudos. As bancadas de estudo favorecerão ao estudo por localizarem-se junto às fachadas iluminadas naturalmente, com uma vista privilegiada de todo o Campus e dos bosques. Permitirá acesso independente à comunidade que também terão acesso ao museu.

Nas salas de aula privilegiou-se o item conforto, que estará assegurado pelo emprego de soluções tecnológicas de ponta como ventilação cruzada, forro com bom desempenho acústico, janelas protegidas contra insolação direta e umidificação com controle eletrônico, cabeamento estruturada que passa sob pisos elevados que proporcionam maior resistência, fácil manutenção e economia de energia. Os laboratórios contarão com os mesmos recursos físicos das salas de aula e ainda equipamentos que permitirão excelente aprendizado nos cursos oferecidos.

Ampla acessibilidade e respeito a todos. A interligação entre os blocos ser feita com passarelas cobertas, com rampas e elevadores para pessoas que possuam necessidades especiais de locomoção. Buscará ser referência nacional por oferecer acessibilidade total em todos os seus ambientes. Medidas para redução do impacto ambiental com ações de sustentabilidade. Possuirá fachadas protegidas por *breezes*, que promovem excelente economia de energia elétrica com menor necessidade de uso de ar condicionado, a cobertura receberá gramínea sobre o teto,

proporcionando maior umidade do ar. Conterá ainda com vários espelhos d'água, sistema de captação de água das chuvas e reuso e tratamento da água cinza, podendo armazenar água suficiente para suprir a necessidade da água na irrigação dos jardins, nas piscinas e para descargas nos vasos sanitários. Todo o esgoto produzido na escola receberá tratamento primário antes de ser lançado na rede de coleta de esgotos, reduzindo o custo com seu tratamento.

O ginásio de esporte conterá com cobertura em PVC e possuirá um conjunto de células fotovoltaicas que armazenarão em um conjunto de baterias, energia necessária para os refletores do ginásio. Em todos os ambientes foram utilizadas a ventilação cruzada, privilegiando a ventilação natural e o uso de materiais ecologicamente corretos.

Possuirá um excelente auditório com capacidade de 1000 lugares, podendo servir a comunidade em geral para realização de eventos culturais, científicos e tecnológicos.

Para este Campus foram definidos os seguintes cursos: Técnico em Informática, Telecomunicações, Turismo, Gestão Pública, Múltiplos Meios Didáticos, Secretariado Escolar; Tecnológico em Gestão Pública; Licenciatura em Dança.

2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DO IFB

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília foi constituído em 29 de dezembro de 2009, por meio da Lei 11.892. Assim, seu marco orçamentário foi iniciado no exercício de 2009.

2.3.1 Relação de programas

Em seu primeiro orçamento o Instituto cuja UG à época era 158095 e sua Unidade Orçamentária/Gestão era 26356, foi contemplado com 4 (quatro) programas e 10 (dez) ações abaixo identificados:

PROGRAMA: 0750 – Apoio Administrativo

Ações:

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

PROGRAMA: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Ações:

2992 – Funcionamento da Educação Profissional

Finalidade: garantir a manutenção e custeio das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.

Descrição: manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto

dessas instituições, bem como manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras.

2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional

Finalidade: suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.

Descrição: fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.

6301 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional

Finalidade: ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.

Descrição: Financiamento mediante a aprovação de projetos que identifiquem as deficiências existentes no acervo da instituição e proponha sua atualização e recomposição.

10FU – Implantação da Escola Técnica Federal de Brasília

Finalidade: garantir expansão da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica no Distrito Federal.

Descrição: Implantação de Instituição de Educação Profissional e Tecnológica no Distrito Federal.

PROGRAMA: 1067 – Gestão da Política de Educação

Ação:

4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Finalidade: promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

PROGRAMA: 1073 – Brasil Universitário

Ação:

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

OBSERVAÇÃO: Talvez em razão do ano de 2009 ter sido o marco inicial do Instituto Federal de Educação de Brasília no Orçamento Geral da União, a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores

Públicos Federais foi inserida no Programa 1073 – Brasil Universitário de forma indevida. Todavia, para o exercício de 2010, a Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República corrigiu o equívoco verificado no ano anterior.

Os quadros a seguir trazem informações sobre os principais atributos desses programas:

Programa:	Apoio Administrativo - 0750
Tipo:	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo do Programa:	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Justificativa:	Programa de Apoio Administrativo
Horizonte temporal	Contínuo
Público-Alvo:	Governo

Programa:	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - 1062
Tipo:	Finalístico
Gerente do Programa:	Eliezer Moreira Pacheco – SETEC/MEC
Objetivo do Programa:	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade
Público Alvo:	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional
Justificativa:	A exclusão social refere-se ao processo que impossibilita parte da população de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, considerando-se não apenas a carência de bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas, como também a falta de acesso à educação, segurança, justiça, cidadania e representação política. As bases sobre as quais se ergueu o sistema de proteção social no Brasil - emprego, renda, contribuição e benefícios sociais configurando o modelo de seguro social apoiado na capacidade contributiva - relegaram ao plano da assistência, supostamente residual, o enorme contingente de brasileiros excluídos da proteção.. A educação em seus diversos níveis é um direito de todos, além de ser uma estratégia para o desenvolvimento social e econômico de uma nação. Os números da Educação Profissional no Brasil, apresentados em seu último Censo - 716 mil matrículas no Nível Técnico e 91 mil concluintes - são indicadores de que não há, ainda, condições de garantir formação profissional aos milhões de jovens e adultos que representam a força de trabalho do País. Sendo o papel da Educação Profissional e Tecnológica de fundamental relevância nas novas diretrizes do Governo Federal, no que tange à retomada do crescimento econômico do País, uma vez que a geração de empregos e o crescente desenvolvimento tecnológico exigem uma atuação proeminente quanto à formação profissional de sua força de trabalho, faz-se necessário que sejam assegurados os meios para que a oferta seja condizente com a demanda,

	tanto quantitativa, quanto qualitativa.
Estratégia de Implementação:	Desenvolvimento de ações de formação profissional, técnica e superior tecnológica, diretas e descentralizadas, a serem implementadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SETEC), e instituições federais de ensino, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais, no país e no exterior, voltadas para o desenvolvimento da educação profissional, técnica e superior tecnológica.

Programa:	Gestão da Política da Educação - 1067
Tipo:	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Gerente do Programa:	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha – SPO/MEC
Objetivo do Programa:	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
Justificativa:	A educação está garantida na Constituição Federal como direito social, no seu artigo art. 6º, e regulada como uma política pública, no artigo 205, ao definir que a educação é um "direito de todos e dever do Estado". As ações da educação têm ramificações e impactos nas mais longínquas localidades do território nacional cuja implementação, tem que contar com o empenho efetivo dos dirigentes máximos dos estados e municípios, o que requer um esforço mútuo para a conscientização da importância do aprimoramento de mecanismos que vão desde a legislação à eficiência na busca de novos recursos para financiamento e a sua aplicação
Horizonte temporal:	Contínuo
Estratégia de implementação:	Formulação de políticas e intensificação da gestão participativa e de controle social, através da inserção de mecanismos de participação/interlocução com as instituições, corporações e sociedade civil na elaboração dos projetos e atos normativos decorrentes das políticas públicas de ensino, no intuito de formar uma cultura de gestão participativa e de controle social, e lhe dar efetividade.
Público-Alvo:	Governo

Programa:	Brasil Universitário - 1073
Tipo:	Finalístico
Objetivo do Programa:	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento
Justificativa:	A democratização do acesso ao ensino superior a um número cada vez maior de jovens brasileiros é tarefa fundamental para o crescimento e desenvolvimento da economia e de nossa sociedade e um dos objetivos do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001). Neste sentido, foram desenvolvidas diversas iniciativas entre as quais o Plano de Expansão das Universidades Federais e o Programa Universidade Para Todos. Foram criadas, nos últimos três anos, nove universidades federais e novos campi universitários. Como resultado dessas ações calcula-se que, ao final de 2008, terão sido abertas 30 mil novas vagas no sistema federal de ensino superior. Dentre as diretrizes do programa, para o alcance das metas propostas, destaca-se a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas

	ociosas e aumento de vagas de ingresso; a ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; a revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.
Horizonte temporal	Contínuo
Estratégia de implementação	Desenvolvimento de ações diretas, descentralizadas e por meio de transferências, promovidas pela Secretaria de Educação Superior e Instituições Federais de Ensino, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais ou não, no País e no exterior, voltadas ao desenvolvimento da educação em geral, e em particular à melhoria do Ensino Superior, da pesquisa e da extensão.
Gerente do Programa:	Maria Paula Dallari Bucci – SESU/MEC
Público-Alvo:	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas

2.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1 Evolução e execução das receitas e despesas

A tabela a seguir demonstra a execução orçamentária e financeira das ações do IFB, no exercício de 2009, por grupo de despesa:

R\$ 1,00				
ACÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA/LIMITE	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Contribuição Patronal	963.575	895.192	895.192	895.192
Implantação da Escola Técnica Federal de Brasília (GND 4)	4.850.000	2.719.246	113.579	1.616
Funcionamento da Educação Profissional – Pessoal Ativo (GND 1)	5.716.250	5.531.352	5.531.352	5.531.352
Funcionamento da Educação Profissional – (GND 3)	2.604.451	2.368.216	2.087.133	1.925.052
Assistência ao Educando (GND 3)	20.000	19.555	12.006	12.006
Capacitação dos	90.000	57.160	53.660	53.660

Servidores Públicos Federais (GND 3)				
Acervo Bibliográfico (GND 3)	100.000	0,00	0,00	0,00
Acervo Bibliográfico (GND 4)	10.000	0,00	0,00	0,00
Auxílio-Alimentação	222.180	182.033	182.033	182.033
Auxílio-Transporte	168.884	156.820	156.820	156.820
Assistência Pré-Escolar	17.091	13.466	13.466	13.466
Assistência-Médica	50.000	25.226	25.226	25.2226

Fonte: SIAFI GERENCIAL

O orçamento de 2009 do Instituto Federal de Brasília constava dotação orçamentária de R\$ 10.000,00 para a ação Acervo Bibliográfico – custeio. Foi solicitado ao setorial do MEC, crédito adicional no mesmo valor permutando o custeio pelo investimento, vez que a demanda do Instituto era por aquisição de livros – material permanente, principalmente para atender aos alunos do Campus de Planaltina. O crédito foi liberado somente ao final do exercício, não sendo possível, em razão do escasso tempo, licitar os títulos pleiteados pelo Instituto, daí o motivo deste Instituto não ter executado nenhum valor nesta ação no exercício de 2009. Por outro lado, não sabemos por que razão foi liberado crédito adicional de R\$ 100.000,00 em custeio para a ação Acervo Bibliográfico. O pedido de crédito foi para suplementar a ação de funcionamento em R\$ 100.000,00, oferecendo em contrapartida o mesmo valor na ação Assistência Médica, contudo o crédito liberado foi para custeio na ação de Acervo Bibliográfico. Assim, esses recursos também ficaram sem execução no exercício de 2009.

No mesmo orçamento constava dotação orçamentária de R\$ 15.200.000,00 para a ação Implantação da Escola Técnica Federal de Brasília – investimento. Deste total, R\$ 11.500.000,00 se referem a emendas parlamentares. No início do exercício R\$ 10.350.000,00 foram cancelados, restando dotação de R\$ 4.850.000,00. Todavia, no exercício de 2009 somente foi autorizado pela SPO/MEC limite de empenho de R\$ 3.700.000,00, ou seja, equivalente a dotação constante do Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional.

2.4.2 Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código UO	Código SIAFI da UGO
Escola Técnica Federal de Brasília	26.356	158095

2.4.3 Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	-----	4.016.250	-----	-----	-----	3.155.816
	PLOA	-----	4.016.250	-----	-----	-----	3.155.816
	LOA	-----	4.016.250	-----	-----	-----	3.155.816
CRÉDITOS	Suplementares		-----	1.700.000	-----	-----	226.790
	Especiais	Abertos	-----	-----	-----	-----	-----
		Reabertos	-----	-----	-----	-----	-----
	Extraordinários	Abertos	-----	-----	-----	-----	-----
		Reabertos	-----	-----	-----	-----	-----
Créditos Cancelados		-----	-----	-----	-----	100.000	
Outras Operações		-----	-----	-----	-----	-----	
Total		-----	5.716.250	-----	-----	-----	3.282.606

2.4.4 Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	-----	3.700.000	-----	-----	-----	-----
	PLOA	-----	3.700.000	-----	-----	-----	-----
	LOA	-----	15.200.000	-----	-----	-----	-----
CRÉDITOS	Suplementares		-----	-----	-----	-----	-----
	Especiais	Abertos	-----	-----	-----	-----	-----
		Reabertos	-----	-----	-----	-----	-----
	Extraordinários	Abertos	-----	-----	-----	-----	-----
		Reabertos	-----	-----	-----	-----	-----
Créditos Cancelados		-----	10.350.000	-----	-----	-----	
Outras Operações		-----	-----	-----	-----	-----	
Total		-----	4.850.000	-----	-----	-----	-----

2.4.5 Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	-----	7.172.066	-----	3.700.000	-----	-----
	PLOA	-----	7.172.066	-----	3.700.000	-----	-----

	LOA		-----	7.172.066	-----	15.200.000	-----	-----
CRÉDITOS	Suplementares		-----	1.926.790	-----	-----	-----	-----
	Especiais	Abertos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
		Reabertos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	Extraordinários	Abertos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
		Reabertos	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	Créditos Cancelados		-----		-----	10.350.000	-----	-----
Outras Operações		-----	-----	-----	-----	-----	-----	
Total		-----	8.998.856	-----	4.850.000	-----	-----	

2.4.6 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Externa	Recebidos	-----	-----	-----	-----	
	Recebidos	150.016	1.236.310.628.650	-----	-----	627.610
Externa	Recebidos	150.016	1.236.310.626.358	-----	-----	69.058
	Recebidos	150.016	1.236.310.626.380	-----	-----	500.967
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Externa	Recebidos	150.016	1.236.310.626.358	13.536	-----	-----
	Recebidos	150.016	1.236.310.628.650	199.896	-----	-----
Externa	Recebidos	150.016	12.363.1062.1H10	3.471.918	-----	-----
	Recebidos	-----	-----	-----	-----	-----

O ano de 2009 por ser o primeiro ano de existência do Instituto, vez que sua criação ocorreu ao final do exercício de 2008, teve na SETEC/MEC uma grande parceira tanto para as despesas de custeio quanto para as de investimento.

No que concerne às despesas de custeio, foram descentralizados recursos daquela Secretaria para pagamento de despesas com insumos agrícolas, rações/medicamentos, conservação, limpeza, vigilância,...

Igualmente, contamos com a ajuda daquela Secretaria para as despesas com a comemoração da semana do centenário da Rede Federal de Educação.

No que tange aos investimentos, a SETEC/MEC mais uma vez se fez presente ao descentralizar recursos que possibilitou a este IFB licitar e contratar empresas especializadas para construção da sede própria do Campus do Gama e de Taguatinga.

Ainda foram descentralizados recursos para construção da biblioteca, auditório e cobertura da quadra poliesportiva do Campus de Planaltina, para compra de equipamentos de informática e materiais permanentes.

Considerando que o ano de 2009 foi o primeiro de existência do IFB, fechamos o exercício com um saldo positivo, vez que as obras para construção da sede própria do Campus de Taguatinga e Gama já estão em andamento, o Campus Samambaia será licitado no início de 2010 e Plano Piloto foi realizada a licitação no mês de novembro pelo Instituto Federal de Goiás, além de diversas obras prioritárias estarem em andamento no Campus Planaltina.

2.4.7 Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite		0		0
Tomada de Preços		0		0
Concorrência		5.090.727,48		4.590.727,48
Pregão		4.797.292,96		3.347.841,78
Concurso		0		0
Consulta		0		0
Contratações Diretas				
Dispensa		1.401.965,19		983.351,27
Inexigibilidade		313.483,13		252.273,77
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos		53.254,73		13.913,71
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha		0		6.877.197,40
Diárias		0		93.743,04
Outros				

2.4.8 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal		5.531.352		5.531.352				5.531.352
1º elemento de despesa - 11	-----	5.387.117	-----	5.387.117	-----	-----	-----	5.387.117
2º elemento de despesa - 13	-----	47.364	-----	47.364	-----	-----	-----	47.364
3º elemento de despesa - 04	-----	47.360	-----	47.360	-----	-----	-----	47.360
Demais elementos do grupo	-----	49.511	-----	49.511	-----	-----	-----	49.511
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2º elemento de despesa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

3º elemento de despesa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Demais elementos do grupo	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
3- Outras Despesas Correntes		2.822.476		2.528.345		294.131		2.368.263
1º elemento de despesa - 39	-----	780.849	-----	686.175	-----	94.674	-----	651.176
2º elemento de despesa - 37	-----	602.295	-----	584.518	-----	17.777	-----	471.697
3º elemento de despesa - 30	-----	341.058	-----	196.185	-----	144.873	-----	192.352
Demais elementos do grupo	-----	1.098.274	-----	1.061.467	-----	36.807	-----	1.053.038

2.4.9 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos		2.719.245		2.719.245				1.616
1º elemento de despesa - 51	-----	1.934.573	-----	112.262	-----	1.822.311	-----	300
2º elemento de despesa - 52	-----	784.672	-----	1.316	-----	783.356	-----	1.316
3º elemento de despesa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Demais elementos do grupo	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2º elemento de despesa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
3º elemento de despesa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Demais elementos do grupo	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2º elemento de despesa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
3º elemento de despesa	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Demais elementos do grupo	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Foi aprovado para o orçamento de 2009 o montante de R\$ 15.200.000,00 na ação Implantação da Escola Técnica Federal de Brasília – código: 10FU. Desse montante, R\$ 11.500.000,00 são originários de emendas parlamentares. Logo no início do exercício foram cancelados da ação o valor de R\$ 10.350.000,00 e dos R\$ 4.850.000,00 restantes, não foi repassado limite orçamentário de R\$ 1.150.000,00. Assim, o Instituto teve como crédito orçamentário/limite o montante de R\$ 3.700.000,00 na ação Implantação da Escola Técnica Federal de Brasília. O cancelamento verificado no início do exercício, bem como o não encaminhamento de limite orçamentário referente ao resíduo do crédito resultante de emenda parlamentar não foram os motivos que prejudicaram a execução orçamentária do Instituto. Quando da criação do Instituto Federal de Brasília, somente o Campus de Planaltina estava em funcionamento. Todos os esforços foram envidados no sentido de no menor prazo possível se colocar em funcionamento os Campus de Taguatinga, Gama, Samambaia e Plano Piloto. Todavia, eventos internos e externos prejudicaram sobremaneira o cronograma de atuação. Até o mês de agosto o Instituto ainda aguardava a liberação dos terrenos para o início da construção das unidades do Plano Piloto, Taguatinga, Gama e Samambaia. Somente em outubro o terreno do Plano Piloto, Samambaia, Gama e Taguatinga se encontravam doados ao Instituto. Esses eventos é que atrasaram a execução orçamentária do Instituto. De toda sorte, no mês de novembro foi realizada a licitação do Campus Plano Piloto pelo Instituto Federal de Goiás e ainda no mês de dezembro o Instituto Federal de Brasília conseguiu empenhar recursos para o início das obras no Campus de Taguatinga e Gama.

2.4.10 Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Obs: Quadro não preenchido em razão da UJ não ter responsabilidade de gerir os programas de Governo inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA), conforme orientação TCU.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						

2.5 METAS FÍSICAS

2.5.1 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
12	128	1067	4572	A	4	Servidor Capacitado	180	71	120
12	363	1062	10FU	A	4	Escola Implantada	1	0	1
12	363	1062	2994	A	4	Aluno Assistido	130	166	200
12	363	1062	2992	A	4	Aluno Matriculado	981	511	1.200

A ação Assistência ao Educando suplantou a meta prevista. As demais ficaram aquém do previsto. No caso específico da ação Capacitação, o planejamento se iniciou somente no mês de Agosto. Ressalte-se que a Administração do Instituto foi alterada no início do ano e as equipes foram sendo compostas e qualificadas durante o primeiro semestre. Mesmo diante desses transtornos foi possível capacitar 71 (setenta e um) servidores do Instituto.

No que tange a ação Funcionamento da Educação Profissional, os números previstos com meta para o exercício de 2009 foram valorizados, haja vista que no ano de 2009 somente o Campus de Planaltina estava funcionando. Mesmo assim, o Campus de Planaltina chegou a ter 511 (quinhentos e onze) alunos matriculados em seus cursos profissionalizantes.

A ação Implantação da Escola Técnica Federal de Brasília cuja meta era uma escola implantada, terminou o exercício sem conseguir atingir o estabelecido. Todavia, grandes avanços foram verificados nesta ação. Em novembro foi realizada licitação do Campus Plano Piloto pelo Instituto Federal de Goiás. No mês de dezembro o Instituto Federal de Brasília licitou as obras da sede própria do Campus de Taguatinga e do Gama. Ficou para o primeiro trimestre de 2010 a licitação da obra da sede própria dos Campi de Samambaia. Diante desses fatos, espera-se para o exercício de 2010 a conclusão de três novos Campi, quais sejam: Taguatinga, Gama e Samambaia. Enquanto as sedes próprias não ficam prontas, Taguatinga e Gama irão funcionar provisoriamente em locais alugados já no primeiro semestre de 2010. No caso de Samambaia, está previsto seu funcionamento provisório a partir do segundo semestre de 2010. O Plano Piloto deve iniciar seus trabalhos em 2011.

2.6 INDICADORES E ANÁLISE DE DESEMPENHO

2.6.1 Relação Candidato/Vaga

Relação Candidato/Vaga - Gráfico 01 - 1º Semestre	
Alunos Inscritos	580
Vagas Ofertadas	320
Relação Candidato/Vagas	1,8
Relação Candidato/Vaga - Gráfico 01 - 2º Semestre	

Alunos Inscritos	203
Vagas Ofertadas	120
Relação Candidato/Vagas	1,7
Relação Candidato/Vaga - Gráfico 01 - Ano de 2009	
Alunos Inscritos	783
Vagas Ofertadas	440
Relação Candidato/Vagas	1,8

2.6.2 Relação Ingresso/Aluno

Relação Ingresso/Aluno - Gráfico 02 - 1º Semestre	
Alunos Ingressos	288
Alunos Matriculados	495
Relação Ingressos/Matriculados	58,2
Relação Ingresso/Aluno - Gráfico 02 - 2º Semestre	
Alunos Ingressos	124
Alunos Matriculados	432
Relação Ingressos/Matriculados	28,7

2.6.3 Relação Concluintes/Aluno

Relação Concluintes /Aluno - Gráfico 03 - 1º Semestre	
Nº de Concluintes	57
Alunos Matriculados	495
Relação Concluintes/Matriculados	11,5
Relação Concluintes /Aluno - Gráfico 03 - 2º Semestre	
Nº de Concluintes	15
Alunos Matriculados	432
Relação Concluintes/Matriculados	3,5
Relação Concluintes /Aluno - Gráfico 03 - Ano de 2009	
Nº de Concluintes	72
Alunos Matriculados	927
Relação Concluintes/Matriculados	7,8

2.6.4 Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes

Relação Concluintes /Aluno Ingressos - Gráfico 04 - 1º Semestre	
Nº de Concluintes	57
Alunos Ingressos	288
Relação Concluintes/Ingressos	19,8
Relação Concluintes /Aluno Ingressos - Gráfico 04 - 2º Semestre	
Nº de Concluintes	16
Alunos Ingressos	124
Relação Concluintes/Ingressos	12,9
Relação Concluintes /Aluno Ingressos - Gráfico 04 - Ano de 2009	
Nº de Concluintes	73
Alunos Ingressos	412
Relação Concluintes/Ingressos	17,7

2.6.5 Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Relação Alunos Retidos /Alunos Matriculados - Gráfico 05 - 1º Semestre	
Alunos Retidos	23
Alunos Matriculados	495
Relação Alunos Retidos /Matriculados	4,6
Relação Alunos Retidos /Alunos Matriculados - Gráfico 05 - 2º Semestre	
Alunos Retidos	34
Alunos Matriculados	432
Relação Alunos Retidos /Matriculados	7,9
Relação Alunos Retidos /Alunos Matriculados - Gráfico 05 - Ano de 2009	
Alunos Retidos	57
Alunos Matriculados	927
Relação Alunos Retidos /Matriculados	6,1

2.6.6 Relação Alunos/Docente em tempo integral

Relação alunos/docente - Gráfico 06 - 1º Semestre - Planaltina	
Alunos Matriculados	495
Docentes	37
Relação Aluno/Docente	13,4
Relação aluno/docente - Gráfico 06 - 2º Semestre - Planaltina	
Alunos Matriculados	432
Docentes	46
Relação Aluno/Docente	9,4

2.6.7 Gastos Correntes por Aluno

Gastos correntes por aluno	
Despesa Corrente (R\$)	10.447.060,59
Total de alunos em 2009	495
Gasto corrente por aluno por ano (R\$)	21.105,17

2.6.8 Percentual de Gastos com Pessoal

Percentual de gastos com pessoal	
Total de despesas em 2009 (R\$)	16.867.961,08
Total de gastos com pessoal (R\$)	5.486.691,35
Percentual de gastos com pessoal	32,53%

2.6.9 Percentual de Gastos com Outros Custeios

Percentual de gastos com outros custeios	
Total de despesas em 2009 (R\$)	16.867.961,08
Total de gastos com custeio (R\$)	3.916.659,56
Percentual de gastos com outros custeios	23,22%

2.6.10 Percentual de Gastos com Investimentos

Percentual de gastos com investimentos	
Total de despesas em 2009 (R\$)	16.867.961,08

Total de gastos com investimento (R\$)	6.420.900,49
Percentual de gastos com investimentos	38,07%

Total de gastos em 2009	R\$
Despesa Corrente	10.447.060,59
Despesa Capital	6.420.900,49
Total de despesas	16.867.961,08

2.6.11 Número de Alunos Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Per Capita Familiar

Número de alunos matriculados classificados de acordo com a renda per capita familiar		
Alunos Matriculados por Classe de Renda Familiar		
Classes	Quant.	Índice
a - até R\$ 475,00	74	10,71%
b - R\$ 476,00 a R\$ 1.000,00	195	28,22%
c - R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00	139	20,12%
d - R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	104	15,05%
e - R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00	54	7,81%
f - R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00	20	2,89%
g - acima de R\$ 3.000,00	34	4,92%
h - não sabe	71	10,27%

3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

3.1 RECURSOS HUMANOS – COMPOSIÇÃO E CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

3.1.1 Composição dos recursos humanos;

Descrição	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores ativos	0	0	0	0	66	2.900.832,48	108	5.154.067,22
Funcionários contratados CLT	0	0	0	0	0	0	0	
Total Pessoal Próprio	0	0	0	0	66	2.900.832,48	108	5.154.067,22

Descrição	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança s/ vínculo	0	0	0	0	2	49.775,40	2	96.567,50

Descrição	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei nº 8.745/93)	0	0	0	0	2	9.663,51	2	58.309,98

Descrição	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal requisitado em exercício na unidade com ônus	0	0	0	0	0	0	1	102.003,88
Pessoal requisitado em exercício na Unidade sem ônus	0	0	0	0	21	583.240,06	23	827.622,67
Total de Pessoal requisitado em exercício pela Unidade	0	0	0	0	0	583.240,06	24	929.626,55

Descrição	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal cedido pela unidade, com ônus	0	0	0	0	0	0	1	25.361,53
Pessoal cedido pela unidade, sem ônus	0	0	0	0	1	23.103,34	0	
Total de Pessoal requisitado em exercício pela Unidade	0	0	0	0	1	23.103,34	1	25.361,53

Descrição	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância /Limpeza	0	0	0	0	41	410.288,08		776.640,00

Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	0	0	0	0	14	95.891,78		129.440,00
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	0	0	0	0	22	193.061,59		388.320,00
Estagiários	0	0	0	0	0	0	3	3.374,10
Total Pessoal Terc + Estagiarios						699.241,45		1.297.774,10

Descrição	2006		2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas								
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade								
Total Geral								

3.1.2 Análise Crítica

Os recursos humanos do IFB estão em ampliação a todo o momento, recebendo redistribuição de servidores experientes da rede ou numa das cinco oportunidades de nomeação, desde abril de 2008, fazem com que se esteja sempre redimensionando os ambientes e as ações para capacitação e treinamento administrativo.

Com a necessidade de assumir a partir de julho de 2009, todo o processo de gestão de pessoas com um número restrito de pessoas (três), tem-se muita dificuldade de implantar a construção de indicadores e o perfeito controle sobre todos os lançamentos necessários ao perfeito controle da vida funcional de cada servidor. Com um corpo ainda em treinamento, a área de gestão de pessoas acaba demorando um tempo maior para realizar todas as atividades mensais necessárias à área.

Percebesse o descontentamento com o excesso de serviço e a necessidade de retrabalho em diversos processos que estão sendo aos poucos implantados e construídos. O Plano Nacional de Capacitação que teve início com um servidor, que acabou sendo nomeado para uma função de maior relevância, acabou por sendo interrompido pela desocupação e indisponibilidade de pessoas para o cargo.

Apesar de não se possuir recursos humanos necessários há todos os processos, todas as atividades estão sendo desenvolvidas. Como não possui controle sobre a política remuneratória dos servidores, o descontentamento financeiro e facilmente percebido quando se tem com muita frequência a saída de servidores recém contratados que deixam o IFB por terem sido aprovados em outros concursos públicos.

Assim que recebeu a avaliação do órgão de controle, procurou definir novos processos para dar condições de exequibilidade de suas atividades.

3.1.3 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra;

Item	Nat.	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
						Médio		Superior		
				Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
1	O	IFB 001/2009	00.478.727/0001-89	1/4/2009	31/3/2010	51	51	0	0	A
2	O	IFB 006/2009	03.602.646/0001-37	1/5/2009	30/4/2010	Não foi previsto nível de escolaridade no Termo de Referência				A
3	O	CEFET-GO 051/2007	03.602.646/0001-37	1/1/2009	30/04/09	Não foi previsto nível de escolaridade no Projeto Básico				E
4	E	IFB 06/2008	00.478.727/0001-89	8/8/2008	6/2/2009	Não consta nos autos o Termo de Referência				E

Observações:

1) Com relação ao item 3 da planilha, existem algumas irregularidades apuradas no processo. Uma dessas irregularidades diz respeito ao fato dos dois termos aditivos do contrato em questão terem sido assinados em data posterior ao encerramento do referido contrato. No entanto, o serviço foi prestado e pago conforme demonstrado na tabela. O prazo de vigência do contrato era até o dia 17 de dezembro do ano de 2009, no entanto, fora realizado um Pregão Eletrônico (referente ao item 2 (dois) da planilha), para a prestação do serviço de forma regular, extinguindo-se o contrato 51/2007 celebrado pelo CEFET-GO, e entrando em vigor o contrato vigente (item 02). No entanto, não possui nos autos nenhum documento que identifique o encerramento formal do contrato então vigente.

2) O contrato referente ao item 04 da planilha apresenta várias irregularidades apontadas no processo. Entre elas, constam a falta de Projeto Básico/Termo de Referência, planilhas de composição de custos, ordem de início dos serviços, pareceres da assessoria jurídica, publicação do contrato no DOU, designação da fiscalização do contrato, termos de aditamento ao contrato e complemento de empenho, entre outras. Não consta no instrumento contratual a quantidade de trabalhadores que deveriam executar o serviço, nem tampouco o valor contratado. O contrato expirou no dia 06 de fevereiro, no entanto o serviço continuou sendo prestado, conforme consta nos documentos anexos ao processo, o que caracteriza fato gerador, gerando a obrigação da Administração de arcar com os custos do serviço prestado. No entanto há divergência na documentação apresentada nos diversos processos que tratam do referido contrato com relação ao valor devido, devendo ser apurado pela administração qual o valor devido de fato, ação que ainda não ocorreu. Portanto, o contrato expirou no dia 06 de fevereiro de 2009, mas os serviços continuaram sendo prestados com

base em uma Dispensa de Licitação 05/2009, que não constam dos autos nenhum documento ou informação, o que gerou um passivo para a instituição.

3.1.4 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade;

O IFB está em implantação, admitindo através de concurso e recebendo por redistribuição muitos servidores, impedindo que neste momento se estabeleçam indicadores gerenciais sobre recursos humanos. É intenção implantá-los e gerenciá-los para se utilizar deles nos momentos de planejamento e distribuição de recursos.

3.1.5 Admissões e Desligamento de pessoal

Processo seletivo	Nº de vagas	Data publicação edital	Meio de comunicação utilizado	Instrumento de seleção utilizado	Candidatos selecionados	
					Cargo	Qtd
Processo de seleção pelo edital nº 03, de 17/04/2009, publicado no DOU em 20/04/2009	15	20/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova escrita, didática e títulos	Docentes	49
Processo de seleção pelo edital nº 04, de 17/04/2009, publicado no DOU em 20/04/2010	11	16/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova e títulos	Médico Veterinário	1
		17/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova e títulos	Assistente Social	5
		18/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova e títulos	Contador	1
		19/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova e títulos	Bibliotecário/Documentalista	1
		20/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova e títulos	Assistente em Administração	20
		21/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova e títulos	Técnico em Tecnologia da Informação	5
		22/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova e títulos	Técnico de Laboratório - Área Agroindústria	1
		23/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova e títulos	Técnico de Alimentos e Laticínios	1
		24/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova e títulos	Assistente de Alunos	1
		25/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova e títulos	Analista de Tecnologia da Informação	5
		26/04/2009	DOU, internet, mídia	Prova e títulos	Técnico em Assuntos Educacionais	10
TOTAL						100

Desligamentos			
Nome	Sequência	Cargo	Data
Ana Flávia Silva Marques de Menezes	1	Assistente social	12/01/2009
Francisca Aparecida de Souza	2	Contador	17/02/2009
Francisco Faggion	3	Professor	20/08/2009
Priscila de Menezes Nemer	4	Assistente em adm.	18/06/2009
Ricardo Pereira Soares	5	Assistente social	30/01/2009
Tereciana Machado Diniz	6	Pedagogo-área	06/07/2009

PARTE B - GESTÃO FINANCEIRA

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	244.746,33	0,00	130.302,86	114.443,47
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	1.413.317,56	3.267,53	745.531,91	664.518,12

Observação: a execução orçamentária e financeira da Escola Técnica Federal de Brasília iniciou no exercício de 2008, não tendo restos a pagar inscritos até o exercício de 2007.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO - CONTRATOS E CONVÊNIOS
DECLARAÇÃO COM RESSALVA
<p>Declaro que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008, referente à unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante aos contratos firmados em 2008 e 2009, resultante de processos que estão sob investigação onde alguns contratos não foram lançados no SIASG, sendo que alguns, após análise dos processos, constatou-se que não haviam sido publicados no Diário Oficial da União.</p> <p>Com relação a ressalva destacada nesta declaração, informo que são processos sob análise em Processo Administrativo Disciplinar instaurado para que sejam apuradas as responsabilidades. O PAD encontra-se em andamento e até o momento não foi emitido nenhum tipo de parecer.</p> <p>Alguns contratos ainda são desconhecidos por esta Coordenação Geral de Contabilidade, responsável pelo acompanhamento dos contratos, sendo objeto de estudo no exercício de 2010, onde será realizado um levantamento dos contratos com qualquer espécie de irregularidade e também das situações onde não há contratação ou nos casos de haver contratação sem o devido lançamento no sistema, sendo adotadas as medidas cabíveis.</p> <p>Informo que no exercício de 2009 várias medidas foram tomadas para sanar os problemas vivenciados pela instituição. Os novos contratos já são lançados regularmente no SIASG. No entanto, os contratos mais antigos ainda possuem alguns vícios que estão sendo analisados, conforme descrito acima.</p>
Brasília, 01 de março de 2010.
Responsável: Arthur Lucas Gordo de Sousa

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR
DECLARAÇÃO COM RESSALVA
Denominação completa (UJ): ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE BRASÍLIA
Código da UG: 26356
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante aos processos listados abaixo, que encontram-se sob análise da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para parecer quanto à real execução dos serviços e entrega dos bens a este Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, o que poderá gerar despesas que não foram contabilizadas pelo IFB.</p> <p>Os processos listados foram alvo de análise por parte da comissão de Processo Administrativo Disciplinar – PAD para apuração de fatos ocorridos em gestão anterior, com suspeita de irregularidades na execução dos serviços e entrega dos bens, bem como dos vícios nos atos administrativos relativos à aquisição dos mesmos. Constam nos processos em análise supostas despesas que não foram pagas e outros casos que ainda não são do conhecimento desta Coordenação Geral de Contabilidade. No entanto, esta análise por parte da comissão não foi concluída até a presente data, não sendo possível precisar os valores que serão pagos após o possível reconhecimento da dívida.</p> <p>Fato é que os processos listados referem-se a despesas de serviços e aquisição de bens para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília cujo fato gerador ocorreu no exercício de 2009 ou ainda no exercício de 2008, o que geraria um impacto nas demonstrações contábeis do órgão, que não estão contabilizados por falta de informações suficientes que possam embasar tais registros contábeis.</p> <p>Processos em análise:</p> <ul style="list-style-type: none">a) 23098.000145/2008-30b) 23098.000263/2008-48c) 23098.000259/2008-80d) 23098.000069/2008-62e) 23098.000071/2009-12f) 23098.000073/2008-21g) 23098.000257/2008-91h) 23098.000113/2008-34i) 23098.000130/2008-71

- j) 23098.000247/2008-55
- k) 23098.000255/2008-00
- l) 23098.000330/2008-24
- m) 23098.000271/2008-94
- n) 23098.000152/2008-31
- o) 23098.000142/2008-04
- p) 23047.003742/2007-31
- q) 23098.000309/2008-29
- r) 23098.000258/2008-35
- s) 23098.000115/2008-23
- t) 23098.000298/2009-68
- u) 23098.000172/2009-93

Informo que os processos listados acima são os de conhecimento por parte da Coordenação Geral de Contabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. No entanto, outros processos com as mesmas características problemáticas poderão influenciar os demonstrativos contábeis, mas não são do conhecimento do contador responsável.

Brasília, 01 de março de 2010.

Contador Responsável: Arthur Lucas Gordo de Sousa

CRC nº: DF-020069/O-0

1. Demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/64.
2. De acordo com a Decisão Normativa TCU Nº 100, o preenchimento deste item é dispensado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
3. De acordo com a Decisão Normativa TCU Nº 100, o preenchimento deste item é dispensado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
4. De acordo com a Decisão Normativa TCU Nº 100, o preenchimento deste item é dispensado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.